
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51665>

Guerra colonial e livros:*

**O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a
Revolução dos Cravos**

*Colonial War and Books: The Role of Political Edition in the Debate on the Portuguese
Colonial Project and the Carnation Revolution*

*Guerra colonial y libros: El papel de la edición política en el debate sobre el proyecto
colonial portugués y la Revolución de los Claveles*

Flamarion Maués **

<https://orcid.org/0000-0002-8831-0518>

RESUMO: Alguns livros políticos editados na etapa final do Estado Novo em Portugal tiveram importante papel na oposição ao regime e na denúncia dos crimes, arbitrariedades e violências cometidos pela ditadura de Salazar e Marcello Caetano. A edição desses livros ainda durante a ditadura representou um importante fator de contestação e resistência, e cresceu enormemente após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974. Entre estes livros havia obras sobre a guerra colonial e a política colonial portuguesa nos anos 1960-70. Apesar de todas as dificuldades impostas pela censura, houve várias edições que contestavam tal política e denunciavam as causas e as violências da guerra colonial. Este artigo aborda o trabalho de algumas editoras portuguesas que publicaram tais livros, dando destaque para algumas obras de denúncia da guerra colonial, procurando entender seu papel no movimento de oposição que ganhava força naquele momento.

* Este artigo se baseia, em grande parte, em meu doutorado e pós-doutorado sobre a edição política em Portugal, este último financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2013/08668-0). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

** Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), onde também fez o pós-doutorado. Professor no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São José dos Campos, e investigador colaborador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Autor de *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal – 1968-1980* (Lisboa: Parsifal/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, 201) e *Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (Rio de Janeiro: Alma Revolucionária, 2ª ed., 2023). E-mail: flamaues@gmail.com.

Visa também mostrar como estas editoras e obras atuaram na mediação cultural e na intervenção política, produzindo espaços alternativos de debate público sobre este tema central na história portuguesa.

Palavras-chave: Livros e guerra colonial em Portugal. Guerra colonial. Revolução dos Cravos. Edição política. Livros políticos.

ABSTRACT: Some political books edited in the final stage of the Estado Novo in Portugal played an important role in opposing the regime and denouncing the crimes, arbitrariness and violence committed by the dictatorship of Salazar and Caetano. The publishing of these books even during the dictatorship represented an important factor of contestation and resistance, and grew enormously after the 25th of April. Among these books were works on the colonial war and Portuguese colonial policy in the 1960s-70s. Despite all the difficulties imposed by censorship, there were several editions that contested this policy and denounced the causes and violence of the colonial war. This article discusses the work of some publishers who published such books, highlighting some works denouncing the colonial war, seeking to understand their role in the opposition movement that was gaining strength at that time. It also aims to show how these publishers and works acted in cultural mediation and political intervention, producing alternative spaces for public debate on this central theme in Portuguese history.

Keywords: Books and the Colonial War in Portugal. Colonial War. Carnation Revolution. Political Edition. Political Books.

RESUMEN: Algunos libros políticos publicados en la etapa final del Estado Novo en Portugal tuvieron un papel importante en la oposición al régimen y en la denuncia de los crímenes, arbitrariedades y violencias cometidos por la dictadura de Salazar y Marcello Caetano. La publicación de estos libros aún durante la dictadura representó un importante factor de contestación y resistencia, y creció enormemente después de la Revolución de los Claveles del 25 de abril de 1974. Entre estos libros había obras sobre la guerra colonial y la política colonial portuguesa en los años 1960-70. A pesar de todas las dificultades impuestas por la censura, hubo varias publicaciones que cuestionaban dicha política y denunciaban las causas y las violencias de la guerra colonial. Este artículo aborda el trabajo de algunas editoriales portuguesas que publicaron estos libros, destacando algunas obras de denuncia de la guerra colonial y buscando comprender su papel en el movimiento de oposición que cobraba fuerza en aquel momento. También pretende mostrar cómo estos editores y sus obras actuaron como mediadores culturales e actores políticos, generando espacios alternativos para el debate público sobre este tema central de la historia portuguesa.

Palabras clave: Libros y guerra colonial en Portugal. Guerra colonial. Revolución de los Claveles. Edición política. Libros políticos.

Como citar este artigo:

Maués, Flamarion. “Guerra colonial e livros: O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a Revolução dos Cravos”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 38-63.

Introdução

Alguns livros políticos editados em Portugal na etapa final do Estado Novo, entre 1961 – início da guerra colonial – e 25 de abril de 1974 tiveram importante papel na oposição ao regime e na denúncia dos crimes, arbitrariedades e violências cometidos pela ditadura de Salazar e Caetano, contribuindo para que os portugueses tivessem uma ideia mais clara dos efeitos do longo período autoritário para o país. A edição desses livros ainda durante a ditadura, apesar da censura e da repressão, representou um importante fator de contestação e resistência ao Estado Novo, e cresceu enormemente após o 25 de Abril, principalmente no período do “Processo Revolucionário Em Curso”.

Entre estes livros havia algumas obras sobre a guerra colonial e a política colonial portuguesa nos anos 1960-70. Apesar de todas as dificuldades impostas pela censura, que classificava a questão do “ultramar” como uma das mais sensíveis para o regime, houve um certo número de edições que contestavam tal política e denunciavam as causas e as violências da guerra colonial. E houve, é claro, um movimento editorial no sentido de apoiar a política colonialista portuguesa, com a publicação de muitas obras defendendo e justificando a manutenção dos territórios do ultramar.

Este artigo visa abordar o trabalho de algumas editoras que publicaram livros contra a política colonial portuguesa na África naqueles anos, dando destaque para algumas obras de denúncia da guerra colonial, procurando entender o seu papel no movimento de oposição que ganhava força naquele momento. Visa também mostrar como tais obras tiveram um papel político no debate e nas lutas políticas que se travavam sobre este tema central na história portuguesa do século XX.

Desse modo, investigamos o papel da edição política em Portugal no debate sobre a política colonial e a guerra colonial durante os anos finais do Estado Novo e no contexto do Processo Revolucionário em Curso (PREC, iniciado em 11 de março de 1975). Parto da ideia de que livros e editoras atuaram não apenas como meios de difusão de informação, mas como formas de *mediação cultural e intervenção política*, produzindo espaços alternativos de debate público sobre um tema submetido à censura e ao controle estatal.

Busco problematizar a seguinte questão: como editoras (e seus editores) utilizaram o livro como instrumento de contestação do colonialismo português e da guerra colonial entre os anos 1960 e no imediato pós-25 de Abril?

O artigo busca articular história do livro, história intelectual e história política, compreendendo a edição como prática social situada no interior das disputas em torno do colonialismo, da censura e da circulação pública de ideias.

A inclusão do período do PREC no âmbito desta pesquisa decorre da ideia de continuidade e transformação das práticas editoriais. O 25 de Abril, apesar das grandes mudanças que trouxe no campo editorial em Portugal, não significou ruptura absoluta, mas a reconfiguração das formas de circulação pública do debate colonial.

Editoras e militantes que antes atuavam sob censura passaram a operar em espaço ampliado de publicidade política, alterando escala, temas e estratégias editoriais. Desse modo, a Revolução dos Cravos permitiu a ampliação e redefinição dos discursos sobre colonialismo, guerra e descolonização.

Metodologia e *corpus*

O *corpus* documental utilizado reúne obras publicadas desde a década de 1960 até o início dos anos 1980, além de entrevistas com editores, documentos da polícia política (PIDE/DGS), catálogos editoriais, listas de livros políticos e registros da Biblioteca Nacional de Portugal (PORBASE).

Foram adotados quatro critérios principais: 1. obras editadas em Portugal; 2. edições produzidas por entidades privadas e não governamentais; 3. títulos de clara conotação política; 4. publicações relacionadas direta ou indiretamente à política colonial, à guerra colonial ou aos processos de descolonização.

Mais do que produzir um inventário bibliográfico, o objetivo é compreender as formas pelas quais o livro atuou como mediador político e cultural na contestação do projeto imperial português.

O peso do passado colonial

Resultam claros a importância e o papel central da política colonial para o governo português antes de 1974. Era um dos eixos econômicos e ideológicos do país e da política do Estado Novo. O seu questionamento era cerceado com vigor. Tratava-se de um tema extremamente sensível para Salazar e para Marcelo Caetano. Como lembra Miguel Cardina, “O colonialismo e o culto do Império constituíam [...] traves mestras do discurso ideológico do Estado Novo” – regime que também “baseava-se numa forte mística imperial que identificava o país com a sua incontornável missão civilizadora além-mar” (Cardina 2010, 214).

Nesse quadro, a guerra colonial aparecia, para o regime ditatorial, como batalha fundamental para sobrevivência e continuidade do próprio país (Cardina 2010, 214).

Iniciada em 1961, a guerra colonial e a sua manutenção eram fatores centrais que definiam as opções políticas, econômicas e sociais que o governo português adotava naquela etapa. A guerra, travada em três frentes na África (Angola, Moçambique e Guiné e Cabo Verde), consumia os recursos econômicos e sociais do país, além de levar ao isolamento internacional, com sucessivas condenações das Nações Unidas e aumento da pressão dos tradicionais aliados (Reis 1996, 8).

A guerra colonial chegou a “representar perto de 50% da despesa pública e mobilizar, em média, 200 mil soldados em armas por ano”, o que representava mais de 2% da população total do país (Barreto 2005, 139). Em 1974, após 13 anos de conflito armado, o saldo era de 8 mil mortos e 28 mil feridos (Ministério 1975, 8).

As sequelas históricas e políticas do passado colonial ainda estão presentes em Portugal, e em certas ocasiões vêm à tona com mais destaque. No ano de 2021, por exemplo, houve uma intensificação dos debates públicos sobre memória colonial em Portugal, quando três episódios trouxeram este tema novamente para o centro do debate: a proposta da prefeitura de Lisboa de efetuar reformas na Praça do Império; as homenagens quando da morte de Marcelino da Mata, militar que executou ações de extrema violência durante a guerra colonial; e um discurso oficial vigoroso do Presidente da República, durante as comemorações oficiais do 25 de Abril, sobre o passado colonial e a guerra, em que fazia menção à violência, ao racismo e à escravidão, além de indicar a necessidade de “estudar o passado e nele dissecar tudo” (Cardina 2021). Desse modo, afloravam novamente discussões sobre racismo estrutural e heranças imperiais, inseridas em um quadro mais amplo de revisitação crítica do passado colonial português.

Tais fricções se dão porque, como destaca Miguel Cardina,

imagens de um suposto grande passado imperial permanecem socialmente encrustadas. No país, habita, ainda hoje, o que se poderia definir como um caldo de imperiofilia, definidor de uma parte significativa dos discursos sobre sua identidade e sua história. O peso de uma história colonial negada desponta no racismo manifesto na atuação das polícias, nas políticas de habitação e segregação, nas leis de nacionalidade, no discurso de crescentes setores políticos, bem como numa auto-representação do país, de seu povo e de seu passado marcada pelo lastro duradouro do lusotropicalismo ou pela manutenção da velha retórica sobre “mártires” e “heróis do Ultramar” (Cardina 2021).

Edição política

Apresentarei aqui apenas uma breve referência ao conceito de edição política, e centrarei minha atenção em algumas editoras que publicaram obras sobre a guerra colonial e a política colonial portuguesa antes e depois do 25 de Abril.

No período imediatamente anterior ao 25 de Abril e nos dois anos que se seguiram as editoras de livros de caráter político tiveram destacada atuação em Portugal, com intensa atividade editorial. Ocorreu um verdadeiro surto de edição de livros políticos, com destaque para obras vinculadas ao pensamento de esquerda – principalmente após o fim da ditadura salazarista –, de dimensões consideráveis se comparado a qualquer outro país. Devemos lembrar que nessa época Portugal tinha apenas cerca de 8 milhões de habitantes, dos quais pelo menos um quarto era de pessoas sem alfabetização.

Entre 1968 e 1980 existiram 138 editoras que publicaram livros de caráter político em Portugal. Nesse período foram editados cerca de 4.600 títulos políticos. Muitas dessas editoras tinham cunho claramente político-ideológico, em vários casos com vinculações a partidos ou grupos políticos. É impressionante a efervescência editorial proporcionada pelo clima de liberdade gerado com o 25 de Abril, já que apenas nos anos de 1974 e 1975 nasceram 55 das editoras que publicaram livros de caráter político. Trata-se do período em que a agitação e a participação políticas atingiram níveis nunca antes vistos no país.

Minha definição básica de edição política é derivada de ideias do historiador francês Julien Hage e do historiador suíço François Valloton. Hage, que tem desenvolvido o conceito de edição política, particularmente na Europa (Hage 2010), afirma que a edição política é o trabalho feito por editoras “engajadas politicamente, e nas quais esta orientação constitui a sua razão de ser e estrutura o seu catálogo” (Hage 2006, 104) e que realizam “uma produção mais diretamente política e pragmática, imediatamente relacionada com a atualidade” (Hage 2010, 39). Valloton (2007, 20) considera que a característica principal dos editores políticos é “associar de modo estreito engajamento político e editorial”.

A partir dessas ideias, penso que a edição política é aquela que vincula de modo direto ação editorial e engajamento político, o que se concretiza no catálogo da casa editora, fruto de um trabalho editorial marcado por uma intenção política de intervenção social, ou seja, que parte de um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é promover a divulgação e o debate de determinadas ideias políticas publicamente na sociedade, posicionando-se em defesa dessas ideias. Assim, a *editora política* caracteriza-se pelo engajamento político, que estrutura o seu catálogo.

A casa editorial que realiza a edição política poderá, em certos casos, manter vínculos orgânicos com instituições políticas, como por exemplo partidos e associações cívicas. Mas poderá também ser iniciativa de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que a título pessoal (ou do grupo) empenha-se no ramo editorial e busca que esta atividade reflita, em alguma medida, a sua forma de

ver e interpretar o mundo. Em ambos os casos o engajamento se dá pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e se materializa nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre edição e engajamento.

Nas editoras políticas que tinham vínculos com grupos ou partidos, era marcante a militância de editores, autores e colaboradores em torno das ideias que as animavam.

Os vínculos entre engajamento e edição desenvolveram-se em Portugal, de início, em função principalmente da oposição ao salazarismo. Também o contexto da guerra colonial e de transformações na esquerda em âmbito internacional, que vinham desde o começo dos anos 1960, foram elementos importantes. Nesse quadro, a possibilidade de associar engajamento político e atuação editorial aparece como uma das opções de ação política para setores ligados aos meios universitários, aos grupos de extrema esquerda que proliferam a partir de meados de 1964, aos emergentes grupos de “católicos progressistas” que passam a questionar de modo cada vez mais direto o projeto colonial português, e a outros setores ligados à chamada oposição democrática.

Lembremos que se vivia então num quadro autoritário em que o governo cerceava a existência de partidos políticos, sindicatos e associações civis independentes. Assim, a edição de livros que promovessem a denúncia da ditadura e o debate sobre temas políticos, apesar da censura e das diversas formas de coerção e repressão utilizadas pelo Estado, ganhava relevância como forma de intervenção pública na sociedade¹.

Nesse quadro, principalmente a partir de fins da década de 1960, se inicia um período em que algumas editoras políticas vão começar a publicar de modo mais ousado obras de questionamento da política colonial e/ou de denúncia da guerra colonial.

Livro, mediação cultural e esfera pública

Busco estabelecer um diálogo entre edição política, história do livro e sociologia da cultura, de modo a compreender o impresso não apenas como suporte material, mas como agente ativo de circulação e disputa política e simbólica (Chartier 1994; Darnton 1992; Mollier 2006).

Mollier, ao analisar o papel do impresso como arma no combate político na França, em um amplo período que vai do século XV ao século XX (Mollier 2006, 260-269), aponta para algumas questões que nos podem ser úteis para este estudo. O autor sugere que o impresso é uma das bases para a formação de uma opinião pública, com especial força nos períodos de agitação política. Neste ponto converge com Jürgen Habermas (1984) na ideia geral de que o impresso desempenhou

¹ Além das editoras, também as cooperativas culturais e livrarias que surgiram nos anos 1960 representaram uma forma de pôr em prática essa participação.

um papel determinante na constituição de um espaço público a partir das discussões e tertúlias que, essencialmente no século XIX, começaram a surgir em espaços como os cafés, nos quais se foi engendrando a noção que mais tarde se veio a designar de opinião pública.

Assim, as editoras aqui enfocadas podem ser entendidas como *instâncias de mediação cultural* (Medeiros 2006), isto é, organizações responsáveis por selecionar, traduzir, organizar e fazer circular determinados conteúdos políticos e intelectuais.

Sob contexto autoritário, caracterizado pela censura e pela limitação da esfera pública (Habermas 2014), a edição política assumiu função particular: ampliar possibilidades de debate e tornar visíveis temas excluídos do discurso oficial.

No caso português, essa função adquiriu dimensão singular devido ao caráter central do colonialismo para a legitimidade do Estado Novo. Assim, publicar livros sobre autodeterminação, anticolonialismo ou guerras de libertação significava intervir diretamente num dos principais pilares ideológicos do regime.

Parte 1: Algumas editoras e obras que trataram da política e da guerra colonial antes do 25 de Abril

Apresentarei algumas editoras e obras que trataram dos conflitos da guerra colonial e dos aspectos políticos da colonização e foram editadas em Portugal antes do 25 de Abril. Trata-se de uma amostra parcial dessas editoras e obras, sem a pretensão de apresentar um recenseamento exaustivo do tema. Ainda assim, acredito que ele seja significativo por vários motivos. Em primeiro lugar, por mostrar as dificuldades de se tratar desse tema de modo crítico publicamente. Afinal, a questão colonial era talvez o tema mais sensível para o Estado Novo, e as instituições repressivas e de censura davam extrema importância ao controle das manifestações sobre ele.

Como ressalta Daniel Melo,

la denuncia de la guerra era más fácil en el exilio que en el Portugal dictatorial: la guerra colonial era un tema tabú y había complicidad oficial con el colonialismo y el imperialismo belicistas de otros países. Aun así, la guerra colonial dejó grandes marcas en la literatura lusa, especialmente en la poesía, que circulaba de un modo clandestino o camuflada durante la ditadura” (Melo 2018, 28).

Em segundo lugar, este recenseamento pode permitir vislumbrar que, apesar desses cerceamentos, houve tentativas – algumas delas bem-sucedidas – de romper esse controle e levar a público a discussão e a crítica do colonialismo português na segunda metade do século XX. E, além disso, temos aqui uma pequena amostra da criatividade existente para tentar burlar os rígidos controles impostos por meio de edições que buscavam subterfúgios legais e formais para colocar em questão o colonialismo e a guerra colonial na Metrópole.

Por fim, estes casos permitem vislumbrar o papel que estas editoras e obras podem ter desempenhado na denúncia e na luta contra a política colonial realizada dentro do território português ainda sob no período ditatorial.

Vejamos então algumas editoras e as obras por elas publicadas.

EDITORA NOVA REALIDADE – Ainda nos anos 1960, uma pequena editora localizada na cidade de Tomar (distrito de Santarém) publicou alguns títulos literários de claro caráter contestatário, com ênfase nas questões da guerra colonial. Trata-se da editora Nova Realidade, criada por Carlos Loures, Manuel Simões e Júlio Estudante em 1966, e que se caracterizou como uma editora de caráter político e literário, mas sem vinculação a nenhum grupo político.

Em 1967 a editora lançou uma obra que marcou época: o livro *O canto e as armas*, do poeta Manuel Alegre. Manuel Simões relembra:

O autor estava exilado em Argel e era o *speaker* de uma rádio clandestina (Rádio Portugal Livre) que transmitia da Rádio Nacional de Argélia. Foi uma edição preparada com muito cuidado e com uma tiragem de 3 mil exemplares (enorme para a época), mas esgotada numa semana. Quando a PIDE interveio, o livro estava esgotado: fez-se fila nas livrarias para conseguir um exemplar. Foi proibido, mas já não havia livros disponíveis”².

Também em 1967, a editora publicou *Hiroxima*, uma antologia poética que trazia depoimentos de poetas portugueses sobre o ataque atômico em 1945 às cidades japonesas de Hiroxima e Nagasaki. O livro, coordenado por Loures e Simões, representava um claro ato político, como explicitam os organizadores no prefácio: “Numa altura [...] em que hiroximas se estendem da África à Ásia [...] o nosso silêncio responsabilizar-nos-ia perante o julgamento futuro das épocas de crise e sua explicação histórica” (Loures e Simões 1967, 1).

Nesta mesma linha foi produzida, em 1970, outra obra, *Vietname*, também organizada por Loures e Simões, em que os poemas e os depoimentos de poetas portugueses sobre a agressão norte-americana àquele país serviam também “para condenar a guerra colonial portuguesa, em acto desde 1961”, como destaca Simões³. Segundo os organizadores, nesta obra “o poeta revive as tarefas de resistir [...]. E o seu verbo não esconde a acusação contra o gesto que envergonha a humanidade” (Loures e Simões 1970, 9).

A Nova Realidade deu ênfase em seus lançamentos à poesia de tons políticos. Além das obras já mencionadas, publicou também na poesia: *Os homens cantam a nordeste*, de António Cabral (1967); *O comércio dos nervos*, de Armando da Silva Carvalho (1968); *Algumas palavras*, de Eduardo

² Manuel Simões, mensagem eletrônica (email) para o autor, 02/10/2012.

³ Manuel Simões, mensagem eletrônica (email) para o autor, 02/10/2012.

Guerra Carneiro (1969); *Crónica breve*, de Manuel Simões (1970); *Poesia amordaçada: Cânticos a Pablo*, de José Ferreira Monte (1970); e *Meu canto terra*, de Costa Mendes (1971).

A Nova Realidade atuou de forma constante até 1972. Depois disso, houve apenas edições eventuais.

PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE – Também nos anos 1960, outra editora buscou furar o bloqueio informativo sobre temáticas coloniais. Trata-se das Publicações Dom Quixote, fundada em 1º de abril de 1965 pelos portugueses António Neves-Pedro e Vasco Abecassis, e pela dinamarquesa Snu Abecassis – estes dois últimos eram casados. No ano seguinte, Snu Abecassis tornou-se a responsável pela editora. A partir do segundo ano de existência da Dom Quixote, Carlos Araújo – amigo de Neves-Pedro e que vinha das Publicações Europa-América – tornou-se o diretor literário da editora, cargo que ocupou até abril de 1974 (Leite 1998, 198-99; Medeiros 2010, 253).

Snu e Araújo decidiram imprimir um caráter dinâmico à Dom Quixote, investindo em literatura, ensaios e debates, com autores e temas que se chocavam, quase sempre, com o que era tolerado pelas autoridades de então, seja no campo político, seja no campo dos costumes.

Foi com estas ideias que surgiu a coleção Cadernos D. Quixote, em 1967, que tornou-se a “marca registrada” da editora. Publicados em ritmo intenso, esses cadernos traziam temas da atualidade, geralmente polêmicos e provocativos, tratados em textos jornalísticos e analíticos, em sua maior parte traduzidos da imprensa internacional.

O segundo volume da coleção foi o livro *Bolívia – um segundo Vietname?* (1967), que trazia textos de Régis Debray, François Maspero, Richard Gott, Giangiacomo Feltrinelli e outros. O livro não foi bem visto pela censura e foi colocado “Fora de mercado” – eufemismo usado para indicar os livros proibidos de circular.

A Bolívia havia se tornado foco de atenções internacionais pelo fato de Che Guevara ter ido lutar na guerrilha daquele país, onde, inclusive, foi morto. Por isso, falar na Bolívia se tornara um assunto proibido, por remeter às lutas de guerrilha e, portanto, à guerra colonial em África.

A mesma linha de raciocínio remete ao volume sete da mesma coleção, o livro *Que futuro para o Vietname?*, lançado em 1968, que trazia textos de Pham Van Dong, Robert Kennedy, Jean Lacouture e Noam Chomsky, entre outros.

Outros títulos lançados pela Dom Quixote que remetiam aos conflitos coloniais da época foram *A Rodésia e a independência*, de Judith Todd, Marion Kaplan, Guy Bosschère e David Smock (Cadernos D. Quixote, v. 22, 1970) e *Camboja*, da coleção Documentos Dom Quixote, publicado em junho de 1970.

A Cadernos D. Quixote voltou ao tema no volume 41, no final de 1971, intitulado *Vietname antes da paz*, de Ngo Cong Duc, Neil Sheehan, Mai Van Bo e Jean Lacouture.

A presença recorrente da Guerra do Vietnã como tema revela uma estratégia editorial importante. O conflito funcionava simultaneamente como tema internacional e linguagem indireta para abordar a guerra colonial portuguesa. O Vietnã operava, assim, como mediação simbólica: permitia discutir guerrilha, autodeterminação e violência colonial sem nomear diretamente a experiência portuguesa.

O livro convertia-se, portanto, em espaço de deslocamento discursivo e contestação política.

Outros dois títulos lançados em 1972 também remetiam ao tema do colonialismo, ainda que tratando de outros tempos: *A partilha da África*, de Henri Brunschwig; e *Os conquistadores da América*, de Ruggiero Romano.

A Dom Quixote foi uma das mais importantes e marcantes editoras de Portugal nesses anos pré-25 de Abril. Com o 25 de Abril a editora continuou atuando com grande destaque no campo editorial português, e ainda deu grande ênfase à edição política até o final dos anos 1970.

EDITORA CADERNOS PARA O DIÁLOGO – Uma obra importante para o pensamento anticolonial foi editada em Portugal em 1971: o livro *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire, autor nascido na ilha de Martinica. A edição foi da Cadernos para o Diálogo⁴, criada em 1971 por António Daniel Abreu na cidade do Porto. Abreu havia trabalhado no setor de vendas da Editora Paisagem, na livraria e editora Latitude e na Editora Inova, todas no Porto.

O texto que deu origem ao livro *Discurso sobre o colonialismo* foi retirado da revista francesa *Présence africaine*, trazida clandestinamente para Portugal por membros do PCP (César 2012). “O livro era uma denúncia frontal da iniquidade do colonialismo ocidental e da hipocrisia da Europa, que acusava de ter uma civilização assente na opressão colonial e do proletariado desde há muito tempo e de ter sido incapaz de as solucionar até então” (Melo 2020, 124). O livro representava “uma afronta para o regime, porque a palavra colonialismo tinha sido banida em Portugal”, lembra Abreu⁵.

A perseguição foi imediata. O livro começou a ser distribuído no dia 6 de dezembro de 1971 e dois dias depois já era do conhecimento da PIDE/DGS. Abreu diz que “neste caso foram

⁴ O nome da editora foi inspirado na revista espanhola *Cuadernos para el Diálogo*, que circulou entre 1963 e 1978 e vinculava-se inicialmente ao pensamento democrata-cristão, “evoluindo para posições próximas à centro-esquerda, para terminar, na sua última fase, com um jornalismo de corte socialista” (Torrego 2004).

⁵ António Daniel Abreu, mensagem eletrônica (email) para o autor, 23/08/2012.

informadores infiltrados na gráfica que terão entregue uma cópia do livro diretamente às autoridades quando este estava pronto para ser distribuído” (César 2012). O relatório da DGS sobre o livro é curto e direto: “O autor é negro, comunista e foi em tempos deputado francês. Trata-se duma diatribe contra a civilização ocidental, numa pseudo defesa das civilizações negra, oriental e índia. Para proibir” (César 2012).

A perseguição da censura foi de tal ordem que o editor preferiu encerrar as atividades da Cadernos Para o Diálogo e iniciar outra editora, que se chamou Textos Marginais.

EDITORA AFRONTAMENTO – Uma das iniciativas mais marcantes na edição de obras que questionavam a política colonial se deu no início dos anos 1970 e foi realizada pelas edições Afrontamento, do Porto. Os títulos publicados nesses anos pela editora têm marcadamente um caráter de oposição ao governo de Marcelo Caetano, com forte ênfase em temas relacionados com a luta anticolonial.

As origens da editora remontam a 1963, com o lançamento da coleção de antologias “Afrontamento”, publicada no Porto por um grupo composto de “jovens católicos progressistas, que tinham uma perspectiva mais actuante da religião no campo social, e gente de esquerda não conotada com o Partido Comunista” (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

Em 1971, a partir da iniciativa de Mário Brochado Coelho, a Afrontamento decide editar um livro sobre o processo judicial contra Joaquim Pinto de Andrade, militante da luta anticolonial que estava preso em Angola. Aproveitando o fato de o processo jurídico ser público, Brochado Coelho decidiu publicar as peças desse processo em livro, dando origem à obra *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, publicada em julho de 1971. “No blecaute de informações que havia na época, essa era uma forma de furar esse bloqueio. Este livro teve uma grande difusão e saiu com a chancela Afrontamento”, lembra José de Sousa Ribeiro (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011), que na época era um dos responsáveis pela produção e comercialização dos livros da Afrontamento, e depois se tornaria um dos editores e sócios. O livro foi um grande sucesso de vendas – teve tiragem de 20 mil exemplares – e ajudou a consolidar a editora.

A primeira edição de *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade* foi editada como uma obra avulsa, mas a segunda edição saiu como o primeiro volume de uma nova coleção da editora, chamada Bezerro de Ouro. A segunda edição, de agosto de 1971, foi colocada “Fora de mercado”, ou seja, foi censurada e recolhida pelos órgãos governamentais.

A coleção Bezerro de Ouro foi uma das primeiras a utilizar um subterfúgio para publicar obras críticas à ditadura: a edição de documentos judiciais sobre a repressão. Seus livros em geral reproduziam as peças jurídicas que formavam esses processos: pedidos de *habeas corpus*, medidas de

segurança, reprodução da legislação em vigor, autos de interrogatório, acórdãos de tribunais etc. Tratava-se, portanto, de documentos oficiais, o que tornava embaraçoso para o Governo a sua censura. Foi, sem dúvida, um subterfúgio inteligente para dificultar a censura, apesar de boa parte desses livros terem sido postos “fora de mercado”. Todavia, o fato de ter sido censurado nem sempre significava que o livro efetivamente deixava de circular.

Outros livros da coleção também trataram da questão colonial:

- *A prisão do doutor Domingos Arouca*, de Salgado Zenha (novembro, 1972);
- *O caso da capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo*, de Salgado Zenha, Francisco de Sousa Tavares, Jorge Sampaio, José Vasconcelos Abreu e José Vera Jardim (março, 1973);
- *O julgamento dos padres Macúti*, de João Afonso dos Santos, Carlos Adrião Rodrigues, António Pereira Leite e Willem Gerard Pott (agosto, 1973);
- *O segundo julgamento do padre Mário*, de Eloy Pinho, Fernanda Gomes, Helena Policarpo, Luís Humberto, José Gomes Bandeira, José Capela, Manuel António Pina e Santos Ribeiro (fevereiro, 1974);
- *Angolanos no Tarrafal: alguns casos de habeas corpus*, de Fernando de Abranches-Ferrão, Francisco Salgado Zenha, Levy Baptista e Manuel João da Palma Carlos (janeiro, 1974).

A ideia de publicar documentos jurídicos, autos processuais e pedidos de *habeas corpus* permitia transformar o próprio aparato repressivo em instrumento de denúncia pública. Nesse sentido, a editora não apenas difundia informações: ela produzia uma esfera de debate alternativa sobre o colonialismo português, deslocando para o espaço editorial discussões interditas pela censura.

Houve ainda outros títulos da Afrontamento que tiveram como tema o questionamento da política colonial. Pela coleção As Armas e os Varões saíram *Moçambique pelo seu povo*, organizado por José Capela (1971), e *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para África*, também de José Capela (1973).

Sobre o segundo título, o autor explica logo no início do livro: “Porquê um pequeno volume dedicado ao problema do vinho português para Moçambique? Na realidade, este problema [...] envolve muito mais que tal enunciação pode deixar perceber e a sua análise implica, por igual, a análise de todo o processo de relações metrópole-colónia” (Capela 1973, 5).

Segundo José de Sousa Ribeiro,

A editora aproveitou-se do facto que, enquanto a imprensa periódica estava sujeita à censura prévia, os livros estavam sujeitos a uma censura *a posteriori*. Portanto, podia-se publicar fosse o que fosse, embora o destino de muitas das coisas que viemos a publicar

fosse a apreensão pela polícia política, mas isso era *a posteriori*, não havia um controle prévio à publicação” (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

É interessante assinalar que em apenas um caso, o livro *O julgamento dos padres do Macúti*, de João Afonso dos Santos e outros autores, editado em agosto de 1973, a PIDE abriu um processo formal contra a editora. Ribeiro foi chamado a depor na PIDE do Porto em 24 de abril de 1974, tendo sido uma das últimas pessoas a lá ir. “E nós dizíamos que éramos apenas os distribuidores do livro, os editores eram os advogados que apareciam mencionados no livro, todos personalidades da sociedade portuguesa. Esse era o subterfúgio”, afirma Ribeiro (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

No período entre 1968 e 1980, a Afrontamento publicou cerca de 150 títulos de caráter político. Ribeiro continua como um dos responsáveis pela editora. O Grupo Edições Afrontamento atualmente é composto também pelas editoras Teodolito e Aliados Edições, além de ser integrado pela Gráfica Rainho & Neves e pela Distribuidora Companhia das Artes.

EDITORA ARCÁDIA – Não podemos deixar de fazer menção aqui ao livro *Portugal e o futuro*, do general António Spínola, lançado pela Editora Arcádia em fevereiro de 1974. O livro, como se sabe, teve papel importante no processo político que levou ao golpe de 25 de abril de 1974. Publicado pela editora Arcádia, de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1974, a obra representou uma contestação aberta, ainda que moderada, à política colonial do regime português, feita por um dos mais importantes generais do exército, que ocupava na ocasião do lançamento do livro o cargo de vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

A Editora Arcádia foi criada em 1957 por António José Guerra da Cruz Barreto (Beja 2012, 30-31). Tratava-se de uma editora de caráter comercial, com publicações principalmente na área de literatura, ciências humanas e história em quadrinhos.

A partir do começo dos anos 1970, os títulos de caráter político ganham importância no catálogo da editora. Nesse momento a editora pertencia a Carlos Manuel Beirão da Veiga e o diretor editorial, entre 1972 e 1974, era Paradela de Abreu⁶. Desde 1973 a escritora Natália Correia era a diretora cultural da editora (Abreu 1983, 30, 3, 33).

O livro *Portugal e o futuro* teve importante papel político no fim da ditadura em Portugal e certamente foi também decisivo para que Spínola assumisse o cargo de presidente da República após o 25 de Abril.

⁶ O complexo processo de edição da obra, no qual teve papel importante o editor Paradela de Abreu, pode ser visto em *Livros que tomam partido*, op. cit.

Poucos livros tiveram uma influência tão direta no processo político de um país. O livro tinha como centro a questão colonial, calcanhar de Aquiles do Governo português naquele momento em decorrência de conflitos militares em três frentes que se arrastavam desde 1961. Na obra, Spínola questionava a política oficial sobre o tema, insurgia-se contra a manutenção da guerra nos moldes em que estava ocorrendo e propunha a “formulação de uma terceira corrente de pensamento que torne o diálogo possível e concite a unidade de todos” (Spínola 1974, 12-15).

O general defendia a “descentralização administrativa e progressiva autonomia dos Estados e Províncias Ultramarinas”, reconhecendo “o direito dos povos à autodeterminação”. Desse modo, Spínola demolia um dos mais fortes pilares do regime – o Império – e abria o debate sobre um tema tabu – a guerra colonial.

A Arcádia praticamente cessou as suas atividades na primeira metade dos anos 1980. Em 2010 ela foi reinaugurada como parte do grupo Babel.

Algumas considerações

É certo que as editoras e as obras acima apresentadas não foram as únicas, antes do 25 de Abril, a trazerem a público o tema da política e da guerra colonial a partir de um viés crítico e oposicionista. Da mesma forma, houve também veículos periódicos que cumpriram um importante papel nesse sentido, como o boletim *Direito à Informação* (editado entre 1963 e 1971), o *Boletim Anti-Colonial* (BAC) e as revistas *Cadernos de circunstâncias* e *O Tempo e o Modo*, por exemplo.

Devemos lembrar também o papel de algumas livrarias e distribuidoras de livros, que por meio da importação de obras abordavam esta temática.

No contexto português, e porque justamente a oferta bibliográfica autóctone se encontrava sob controlo férreo da censura política, houve que recorrer com redobrado vigor à importação da produção de países com os quais se partilhavam causas ou afinidades políticas, culturais, linguísticas, cívicas e/ou literárias, como Espanha, França e Brasil. Daí a particular relevância das distribuidoras e das livrarias, que se encarregavam de criar os circuitos pelos quais escoavam essas armas subversivas (Melo 2020, 117).

Um exemplo trazido por Daniel Melo é o da Livraria e Editora Ulmeiro, de Lisboa.

Todavia, sem desconsiderar estes outros campos de atuação editorial e livreira, acredito que as editoras acima mencionadas e as obras destacadas cumpriram papel de certo relevo na contestação da política colonial e da guerra colonial no interior da então Metrópole. Mais do que simples empreendimentos editoriais, estas editoras atuaram como espaços de mediação entre setores oposicionistas, intelectuais e leitores interessados nas questões coloniais. Afrontaram as proibições e restrições impostas a estes temas tão sensíveis para a ditadura. Pagaram, é certo, o preço pela ousadia, mas deixaram a sua marca política e contribuíram para alargar um pouco o que se sabia sobre estas questões em Portugal e trazer perspectivas contestadoras sobre o tema.

Outra questão significativa quando analisamos este breve recenseamento revela um dado historicamente significativo: a quase ausência dos termos “colônia” e “colonial” no universo editorial português do período pré-25 de Abril. Não se trata apenas de questão terminológica. A imposição do uso de expressões como “ultramar” ou “províncias ultramarinas” fazia parte da gramática política do Estado Novo e integrava o esforço de legitimação do império.

O campo editorial tornava-se, assim, espaço privilegiado de disputa simbólica sobre os sentidos do colonialismo.

A Guerra do Vietnã como metáfora para a guerra colonial

A Guerra do Vietnã, na etapa aqui mencionada, teve início em 1965, opondo os movimentos de libertação nacional, de um lado, e tropas norte-americanas, de outro. Foi o principal conflito anticolonial e anti-imperialista da época, tendo se encerrado em 1975 com a derrota dos Estados Unidos.

A partir do final dos anos 1960, alguns editores portugueses passam a publicar obras sobre a Guerra do Vietnã como forma de abordar indiretamente a guerra colonial travada por Portugal na África – e também como forma de denúncia das violências cometidas contra o povo vietnamita.

Todavia, a recorrência editorial da Guerra do Vietnã ultrapassava o interesse pela conjuntura internacional. O conflito tornou-se dispositivo interpretativo por meio do qual editores portugueses abordavam, de forma indireta, a experiência colonial portuguesa.

Em um ambiente de censura, o Vietnã funcionava como linguagem substitutiva e como mecanismo de expansão da esfera pública crítica. Publicar sobre o Vietnã significava também discutir colonialismo, autodeterminação e guerra em Portugal.

Para Daniel Melo, de fato tal postura englobava a ideia de guerra de modo mais amplo para tratar das questões do conflito colonial português:

La primera guerra mundial, García Lorca, Gandhi, la segunda guerra mundial y los bombardeos de Hiroshima y Nagasaki resurgieron y se utilizaron, junto a la guerra de Vietnam, como mensajes ocultos para hablar de la guerra colonial portuguesa, así como para criticar la guerra en general. La posibilidad de múltiples lecturas era evidente, ya que la guerra de Vietnam tenía muchos puntos de contacto con la guerra colonial portuguesa: una guerra de guerrillas contra ejércitos convencionales; el derecho a la autodeterminación por parte de pueblos bajo un prolongado yugo colonial; la geopolítica de la guerra fría y la lucha entre grandes bloques políticos (Melo 2018, 29-30).

Essa dinâmica permite compreender a edição política como prática de mediação cultural transnacional. Ideias, experiências e linguagens circulavam entre África, França, Portugal e Ásia, produzindo repertórios compartilhados de crítica ao colonialismo.

Melo também produziu o quadro “Muestra de libros editados en Portugal sobre la guerra de Vietnam (1965-1974)” (Melo 2018, 31-32) que traz uma lista dessas obras, seus autores e as editoras que as publicaram, resultando em um importante recenseamento desse tipo de edição naqueles anos, e mostrando a sua abrangência. São no total 31 obras listadas.

Nesta lista, destacam-se as editoras Dom Quixote (5 títulos), Brasília (3 títulos), Seara Nova (3 títulos), Publicações Europa-América, Livraria Bertrand, Ulisseia e Estampa (2 títulos cada).

Melo conclui que “La intensa referencia a la guerra de Vietnam, expresada en decenas de libros y textos [...] ayudó a que la guerra colonial saliera de su confinamiento portugués, dándole una dimensión casi transnacional, y más relacionada con los grandes problemas internacionales de su tiempo” (Melo 2018, 44-45).

Parte 2: A edição de obras sobre a guerra colonial no período do PREC

Após o 25 de Abril o número de obras editadas sobre a guerra colonial aumentou exponencialmente. A situação referente à edição de livros de caráter político modificou-se significativamente, pois passou a ser possível publicar tudo sem restrições legais, sem perseguição policial e, principalmente, houve um grande aumento do interesse por este tipo de livro.

A onda de liberdade advinda da revolução fez crescer como nunca o número de editoras e de livros publicados. Somente em 1974 e 1975 foram criadas 53 novas editoras portuguesas que publicavam obras de caráter político.

Aqui destacarei apenas alguns casos que considero significativos de editoras que tiveram edições e/ou ações relacionadas à luta anticolonial.

CIDAC (CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL)
– O primeiro caso que gostaria de abordar é das Edições CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), criada pelo Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDA-C), em maio de 1974 por militantes católicos progressistas engajados na luta contra a guerra nas colônias portuguesas da África. Alguns destes militantes haviam publicado anteriormente, de forma clandestina, o boletim *Direito à Informação* (editado entre 1963 e 1971) e o *Boletim Anti-Colonial* (BAC), em 1972 e 1973, quando suas instalações foram descobertas pela polícia política, levando ao desmantelamento do grupo e à prisão de alguns de seus membros. Seus militantes também participaram ativamente da Vigília na Capela do Rato, ocorrida em 31 de dezembro de 1971 e reprimida pelo regime (Matias 2004, 21-25).

O Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial - CIDA-C foi criado após o 25 de Abril sob inspiração de Nuno Teotónio Pereira e Luis Moita (Matias 2004, 25). Foi Moita,

experiente militante católico progressista, que efetivamente o fundou, ao lado de outros quatro jovens militantes e/ou estudantes: Luísa Ivo, Luísa Teotónio Pereira, Carol Quina e Henrique Sanches (Pereira 2004, 28).

O objetivo do CIDA-C era “pressionar o novo poder para que reconhecesse o direito à autodeterminação e independência das colônias e fazê-lo utilizando a estratégia que o grupo do BAC tinha afinado: a disponibilização de informação e a consequente iniciativa cívica” (Pereira 2004, 27-28).

As primeiras edições ocorreram em 1974 com a publicação de livros contendo os programas e estatutos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Ainda em 1974 foram editados: *Imagens da Guiné-Bissau*, reportagem fotográfica de Koen Wessing, e *Estabelecer o poder popular para servir as massas*, de Samora Machel, líder da Frelimo.

Em 1976 surgiu a coleção África em Luta, com dois títulos: *A nossa luta é uma revolução: nacionalizações-Moçambique*, de Samora Machel e outros, e *Guiné Bissau, 3 anos de independência*, de Luísa Teotónio Pereira e Luís Moita.

Num dos livros dessa coleção está expresso pelos autores aquele que seria o estado de ânimo dos militantes do CIDAC:

Mais do que trabalho jornalístico, poderia falar-se de ‘reportagem política’, no sentido em que é feita por militantes que ao longo da sua luta anticolonialista foram amadurecendo a percepção que tinham acerca da realidade de um povo ao qual estão ligados por um combate comum. [...] Escrever este livro é para nós um acto de internacionalismo militante (Pereira e Moita 1979).

Em janeiro de 1977 o centro passou a denominar-se Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), como forma de homenagem a um dos líderes da independência de Guiné e de Cabo Verde.

Somente em 1979 o CIDAC voltou a lançar livros. Na coleção Cadernos CIDAC saíram: *Contubel, uma cooperativa agrícola na Guiné-Bissau*; *Eritreia: a resistência dum povo*; *A roça Rio do Ouro: uma empresa agrícola nacionalizada em S. Tomé e Príncipe*; e *A evolução do comércio entre Portugal e os novos países africanos*, todos publicados em 1979.

Os outros títulos lançados até o começo dos anos 1980 foram: *Os congressos da Frelimo, do PAIGC e do MPLA: uma análise comparativa*, de Luís Moita (1979, coedição com a editora Ulmeiro); *A mulher e a revolução na Eritreia* (1980); *O não alinhamento: história e doutrina do movimento dos não alinhados*, de Luís Moita (1982); e *Viva a resistência do povo de Timor-Leste*.

As edições do CIDAC se inseriam em uma série de atividades promovidas pelo centro, como palestras, cursos, exibição de filmes, debates etc. O CIDAC buscava ter uma atuação apartidária, apesar de dois de seus membros fundadores serem filiados ao MES (Movimento de Esquerda Socialista) (Pereira 2004, 30).

Entre 1974 e 1982 o CIDAC publicou 15 títulos. A distribuição era militante. Nesse período editou também o boletim *África em Luta*. CIDAC continua em atividade e desde fevereiro de 2004 mudou mais uma vez a sua denominação para Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.

ÁFRICA EDITORA – O segundo caso é o da África Editora⁷, editora ligada ao Movimento Democrático de Angola (MDA), organização fundada a 3 de maio de 1974 por Alfredo Bobela-Mota e por Albertino Almeida (Cronologoa 2010), e que reunia angolanos e portugueses. O MDA teve origem em movimentos oposicionistas à ditadura colonial “que apoiavam o Movimento das Forças Armadas e batiam-se pela independência de Angola” (Correia s/d). Tinha ligações com o MPLA.

O primeiro livro editado foi *Massacres em Luanda*, que reproduzia um relatório do MDA sobre o massacre de 11 de julho de 1974 em Luanda. Marcando o caráter militante da editora, afirmam os editores na introdução ao livro: “Ao publicarmos os dois importantes documentos que constituem este volume, é nossa intenção prestar homenagem à luta iniciada em 4 de fevereiro de 1961 pelo povo de Angola, pela sua Liberdade e Independência” (Movimento Democrático de Angola 1974, 12-13).

Esta mesma postura aparecia também em outra obra, o livro *Angola: fim do mito dos mercenários*, de Raul Valdes Vivo, editada em 1976.

A editora publicou livros sobre a atualidade e as lutas políticas em Angola, tanto obras de ficção como de não-ficção. Havia coleções dedicadas à poesia e a romances, sempre com conteúdo político. Nos livros não constam informações sobre como era feita a distribuição comercial da editora.

Alguns dos títulos publicados foram: *S. Nicolau, Tarrafal angolano*, de Emílio Filipe (1975); *Memória da longa resistência popular*, de Nito Alves (1976); *Não adianta chorar: contos coloniais*, de A. Bobela-Mota (1977); *Terra vermelha: estórias para a história da guerra colonial em Angola*, de Carlos Martins

⁷ Nos anos 1960 houve uma editora também chamada África Editora sediada na cidade de Lourenço Marques, em Moçambique, mas que parece não ter qualquer relação com a África Editora criada em Lisboa nos anos 1970.

Pereira (1978); *Voz de prisão*, de Manuel Ferreira (1978); *Poesia do colonialismo*, de Carlos Espírito Santo (1978); *A luta é a minha primavera: poemas*, de Vasco Cabral (1981).

A África Editora atuou entre 1974 e o começo dos anos 1980 e publicou nesse período cerca de 15 títulos.

EDITORA AFRONTAMENTO – Um terceiro caso muito significativo nos traz novamente à atuação da Editora Afrontamento, do Porto. Como vimos, esta editora teve importante papel na edição de obras sobre a questão colonial antes do 25 Abril, mas também depois dele. Mas, além disso, ela participou de iniciativas e ações de caráter político, utilizando algumas de suas edições para estes fins.

Jose Sousa Ribeiro, um dos editores da Afrontamento, recorda algumas dessas ações:

Logo em seguida ao 25 de Abril fizemos livros com tiragens nunca pensadas até aí. Uma das nossas primeiras investidas então foi publicar a história das zonas colonizadas, digamos assim, dos movimentos de libertação, a *História de Angola* que o MPLA divulgava, da Frelimo sobre Moçambique, do PAIGC sobre a Guiné. A *História de Angola* deve ter tido 80 mil exemplares, exportamos uma parte para Angola, mas a um preço declaradamente mínimo. Nunca aproveitamos disso para capitalizar, nestes casos vendíamos próximos do preço de custo. Prestamos um serviço claramente importante do ponto de vista político, mas nunca perdemos a independência. Sempre quisemos manter a independência, isso pareceu-nos importante após o 25 de Abril (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

Estes livros foram editados na coleção Libertação dos Povos das Colônias, criada em 1974. Podemos entender melhor a importância desses livros a partir do comentário, reproduzido a seguir, de Pedro Tamen a respeito à obra *História de Angola*, do MPLA:

Para o comum leitor português, intoxicado por uma história viciada de imperialismo pateta, este livro é o abrir da cortina para um mundo totalmente novo, nos melhores casos suscitado mas não conhecido. É Angola vista do outro lado, do lado oposto àquele em que nos colocaram nos tempos da instrução primária e do liceu (Tamen 1975).

PUBLICAÇÕES NOVA AURORA – Esta editora também desenvolveu ações de apoio aos movimentos de libertação africanos. Foi fundada em 1974, pouco antes do 25 de Abril, por João Camacho e Sílvio Conde, ambos militantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), um dos mais atuantes grupos maoístas portugueses. Sua linha editorial privilegiava, inicialmente, a questão da luta anticolonial e dos movimentos de libertação africanos. Havia duas coleções dedicadas exclusivamente a este tema: Textos de Amílcar Cabral e O Povo Moçambicano em Armas.

Em uma “Nota do Editor” publicada no livro *Guine-Bissau: nação africana forjada na luta*, de Amílcar Cabral, pode-se ler:

Ao divulgar nesta coleção [...] textos referentes à justa luta de libertação dos povos das colônias portuguesas, queremos exprimir a estes povos, irmãos do nosso povo, a nossa

solidariedade militante com a sua luta heróica e vitoriosa, que tão profundamente abalou e abala a ditadura da burguesia colonial-fascista portuguesa que desde há tantos e tantos anos nos (e os) oprime e explora [...] (Nota do Editor 1974, 7).

De acordo com Camacho, esta “solidariedade militante” não ficava apenas nas palavras, pois muitos livros foram oferecidos gratuitamente ao PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde) e à Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), através das casas de estudantes de Cabo Verde e de Moçambique em Portugal (João Camacho, entrevista 2011).

Nas coleções O Povo Moçambicano em Armas e Textos de Amílcar Cabral foram editadas sete obras de Samora Machel e duas de Amílcar Cabral. Houve também a edição, em setembro de 1974, da obra *Contra a escravidão, pela liberdade*, creditada ao MPLA.

Além desses títulos, a coleção Literatura Nova publicou três livros com temática anticolonial: *Poesia de combate. Patriotas moçambicanos, combatentes da Frelimo*, agosto de 1974; *Caboverdeamadamente – Construção – Meu amor: poemas de luta*, de Osvaldo Osório, outubro de 1975; e *Famintos: romance do povo caboverdiano sob o domínio colonialista*, de Luís Romano, março de 1975.

EDITORA ULMEIRO – O último caso que quero destacar é o da censura e processo contra uma obra relacionada à guerra colonial editada já em 1976 pela Editora Ulmeiro.

A Ulmeiro surgiu em 1969, como livraria e distribuidora, pelas mãos de José Antunes Ribeiro, juntamente com dois outros amigos – Maria Aurélia e Victor – no bairro de Benfica, em Lisboa. Em seguida, se juntaria a eles Lúcia Ribeiro, esposa de José Ribeiro. A Ulmeiro foi distribuidora das editoras Centelha e Afrontamento, entre outras. Em 1970 entrou também no ramo da edição. Suas origens ligam-se ao movimento das cooperativas culturais criadas nos anos 1960 e aos grupos de católicos progressistas. José Ribeiro, que sempre foi o principal responsável pela linha editorial da Ulmeiro, esteve ligado a grupos católicos progressistas e foi colaborador, na década de 1960, da revista *O Tempo e o Modo* (José Antunes Ribeiro, entrevista 2011).

Como vimos anteriormente, a livraria e editora destacou-se antes do 25 de Abril pela importação de livros que abordavam a questão colonial.

Em 1976 a editora sofreria um processo por conta da edição do livro *Massacres na Guerra Colonial (Tete, um exemplo)*, organizado pelo jornalista José Amaro e lançado em abril daquele ano. O livro foi alvo de um processo movido pelo Estado Maior General das Forças Armadas e assinado pelo general Ramalho Eanes na qualidade de Chefe do Estado Maior do Exército. O livro reproduzia documentos militares oficiais sobre a ação das forças armadas portuguesas na guerra colonial em Moçambique. O general acusava o autor e o editor do livro de violar a Lei de Imprensa por “divulgar segredos militares essenciais à defesa nacional e de contribuir para minar a disciplina

e a coesão no seio das forças armadas” (“Eanes processa jornalista por livro sobre massacres coloniais” 1976, 1). José Antunes Ribeiro e José Amaro foram processados. O processo se arrastou por anos, até que ambos acabaram por ser anistiados pelo 5º. Tribunal Militar Territorial de Lisboa (José Antunes Ribeiro, entrevista 2011).

Algumas considerações

Considero os casos do CIDAC e da África Editora muito significativos, pois representam a continuidade da luta anticolonial de militantes africanos e portugueses em Portugal, após o 25 de Abril, em condições totalmente novas, com ampla liberdade e a possibilidade trazer em seus livros informações sobre as lutas recentes nas (ex)colônias portuguesas, assim como notícias e análises sobre a situação presente nesses países naquele momento.

Mostram também que as lutas em África estavam longe de terminar, mas entravam em nova etapa. A atuação dessas editoras em Portugal representava este novo momento e as novas possibilidades a partir de então

Os casos da Afrontamento e da Nova Aurora dão destaque para a ação militante de alguns editores no apoio às novas nações que estavam surgindo em consequência do processo de descolonização, e do desejo deles de participar de modo mais ativo e direto deste processo.

Já o caso do processo judicial contra a Ulmeiro mostra que temas ligados à guerra colonial continuavam a ser sensíveis para certos setores militares, e que não havia nada próximo do consenso no que diz respeito à recuperação da memória e das violências da guerra colonial.

Conclusões

Este artigo buscou lançar luz sobre algumas relações entre a edição política e o debate das questões coloniais (incluindo, é claro, a guerra colonial iniciada em 1961) em Portugal, antes e depois do 25 de Abril.

Ainda que a investigação esteja em curso, acredito que o material aqui exposto mostra que há muito a ser pesquisado e conhecido sobre estas relações. Mas este sobrevoo preliminar permite vislumbrar algumas questões importantes.

Em primeiro lugar, percebemos que mesmo no período ditatorial houve iniciativas importantes, no campo da edição de livros, de contestação à política e à guerra colonial. Neste caso, os editores tiveram de enfrentar a censura e processos judiciais, e apesar destes instrumentos repressivos foi possível colocar em circulação obras importantes sobre o tema. Os editores também se destacaram por buscar, nestes e em outros casos, modos de burlar as perseguições.

Em segundo lugar, aparece a grande restrição à circulação de obras sobre a política e a guerra colonial antes do 25 de Abril de 1974. O recenseamento de obras sobre esta temática, ainda em andamento, deixa claro que houve grande cerceamento à circulação dessas obras, como era de se esperar.

Em terceiro lugar, reafirmamos o grande movimento editorial de caráter político pós-25 de Abril. Dentro deste movimento houve espaço importante para a divulgação de obras sobre o passado colonial português, apresentando para muitos portugueses pela primeira vez um quadro mais real dessa situação, e dando voz aos movimentos de libertação africanos. Isso certamente colaborou, ao lado de muitas outras iniciativas, para que a descolonização pudesse se dar de modo acelerado.

Ao lado desses pontos, esta investigação em curso abre perspectivas futuras de pesquisa e novas possibilidades analíticas, especialmente em relação à circulação das obras, sua recepção, sua materialidade editorial e a constituição de redes transnacionais de edição política ligadas aos movimentos anticoloniais. Tais pontos envolvem a ampliação do recenseamento, ao lado de aprofundamentos sobre a circulação e a recepção das obras estudadas.

As experiências editoriais apresentadas mostram que o livro ocupou posição ativa nas disputas políticas em torno do colonialismo português. Sob censura e controle informacional, editoras, livros e redes de circulação transformaram-se em espaços alternativos de debate público, ampliando o acesso a interpretações críticas sobre guerra, autodeterminação e império.

Mais do que registrar acontecimentos, essas iniciativas colaboraram na construção de repertórios anticoloniais e contribuíram para deslocar os limites do debate público nos anos finais do Estado Novo e, posteriormente ao 25 de Abril, no período revolucionário do PREC.

O caso português nos ajuda, assim, a compreender a edição política como forma específica de mediação cultural e ação política, situada na intersecção entre livro, esfera pública e contestação colonial.

Referências bibliográficas

Abreu, Paradela. *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro*. Lisboa : Intervenção, 1983.

Barreto, António. “Mudança social em Portugal, 1960-2000”. Em *Portugal contemporâneo*, org. António Costa Pinto. 137-162. Lisboa: D. Quixote, 2005.

Beja, Rui. *A edição em Portugal, 1970-2010: percursos e perspectivas*. Lisboa: APEL, 2012.

Camacho, João. Entrevista por Flamarion Maués março, 03/03/2011.

Capela, José. *Moçambique pelo seu povo. Cartas à “Voz Africana”*. Porto: Afrontamento, 1971.

Capela, José. *O vinho para o preto*. Porto: Afrontamento, 1973.

Cardina, Miguel. Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88 (2010): 207-231.

Cardina, Miguel. 2021. “Portugal: o retorno da guerra colonial”. Página eletrônica Errante, o Internacional fora do lugar. errante.blog/2021/08/12/portugal-o-retorno-da-guerra-colonial-por-miguel-cardina/

César, Felipa. “Notas sobre o fac-símile da publicação Cadernos para o Diálogo 2”. Em Aimé Césaire. *Discurso sobre o colonialismo*. Edição fac-similar. Berlim: Bom Dia, 2012.

Chartier, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora da UnB, 1994.

Correia, Pedro Pizarat. “O processo de descolonização de Angola, do “25 Abril” ao “Alvor””, 2019.

Darnton, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

“Eanes processa jornalista por livro sobre massacres coloniais”. *Página Um*, 17 de setembro de 1976, n. 56, 1.

Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Hage, Julien. “François Maspero, éditeur partisan”. *Contretemps*, Paris, Les Éditions Textuel, n. 15 (2006): 104-111. <https://www.contretemps.eu/wp-content/uploads/Contretemps-15-52-55.pdf>

Hage, Julien. “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d'édition politique d'extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”. *Cahiers du CRHQ*, n. 2, 33-53, (2010). <https://share.google/QtA9clUmET5lvRVHB>

Leite, Pedro Pereira. “Mercadores de letras: Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros no Estado Novo”. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1998.

Loures, Carlos, e Manuel Simões. “Prefácio”. Em *Hiroxima: depoimentos de poetas portugueses sobre o flagelo atômico, no 20.º aniversário da destruição de Hiroxima e Nagasáqui*. 1-5. Tomar, Nova Realidade, 1967.

Loures, Carlos, e Manuel Simões. “Prefácio”. Em *Vietname: depoimentos de poetas portugueses sobre a agressão norte-americana ao Vietname*. 7-10. Tomar, Nova Realidade, 1970.

Matias, Augusto. “Entre o BAC e o CIDAC”. Em *A cor das solidariedades: pela justiça e equidade nas relações internacionais. 30 anos do CIDAC*. 21-26. Lisboa: CIDAC, Porto: Afrontamento, 2004.

Medeiros, Nuno. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. ICS: Lisboa, 2010.

Medeiros, Nuno. “Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?” Em *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, dir. Diogo Ramada Curto, 343-385. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2006.

Melo, Daniel. “‘Se cambian los tiempos, se cambia la voluntad’: edición, lectura y cambio cultural en el Portugal de los largos años sesenta.” *Cercles. Revista d’Història Cultural*, 21 (2018): 15-45. <http://revistes.ub.edu/index.php/cercles/article/view/cercles2018.21.1001/28050>.

Melo, Daniel. “Capitais ibéricas da resistência antiditatorial e anticolonialista: redes e cumplicidades no mundo da edição nos anos 1960-70”, *Catalonia* 27 (2020): 115-128. <https://crimic-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2021/01/crimic-catalonia-27.pdf>.

Ministério da Comunicação Social. *Portugal: liberdade é também vontade*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1975.

Moita, Luís. “Na origem do CIDAC, uma certa ‘cultura política’”. Em *A cor das solidariedades*. 55-59. Lisboa: CIDAC, Porto: Afrontamento, 2004.

Mollier, Jean-Yves. “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”. Em *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, orgs. Eliana Freitas Dutra, e J.Y. Mollier, 259-274, São Paulo: Annablume, v. 1, 2006.

Movimento Democrático de Angola. *Massacres em Luanda*. Lisboa: África Editora, 1974.

“Nota do Editor”. Em *Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta*, Amílcar Cabral, 7. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

Pereira, Luísa Teotónio, e Luis Moita. *Guiné Bissau, 3 anos de independência*. Lisboa: CIDAC, 1979.

Pereira, Luísa Teotónio. “Encruzilhada de solidariedades”. Em *A cor das solidariedades: pela justiça e equidade nas relações internacionais. 30 anos do CIDAC*. 27-54. Lisboa: CIDAC, Porto: Afrontamento, 2004.

Reis, António, org.. “Introdução”. Em *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas e Debates, 8- 9. 1996.

Rezola, Maria Inácia. *25 de Abril – Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

Ribeiro, José Antunes. Entrevista por Flamarion Maués, 02/02/2011.

Ribeiro, José de Sousa. Entrevista por Flamarion Maués, 24/03/2011.

Spínola, António. “Intróito”. Em *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia, 7-16, 1974.

Tamen, Pedro. “Comentário sobre o livro *História de Angola*. Selecção crítica da semana”. *Expresso*, Caderno Artes, Letras e Ciências, Lisboa, n. 112, 22 de fevereiro de 1975.

Torrego, Francisco Javier Davara. “La aventura informativa de Cuadernos para el diálogo.” *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 201 (2004): 201-220. <http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0404110201A/12595>.

Valloton, F. “Edition et militantisme”. Em *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, orgs. L. Burnand, D. Carron e P. Jeanneret. Lausanne: Editions d’en bas, 212 - 213, 2007.

Vivo, Raul Valdes. *Angola: fim do mito dos mercenários*. Lisboa: África Editora, 1976.

Recebido: 07 de fevereiro de 2026

Aprovado: 06 de maio de 2026